
O que ficou do Império
(*Index on Censorship*, nº 1, 1999)

A revista *Index on Censorship* de Janeiro de 1999 inclui um dossier dedicado a Portugal com o título «The Last Empire». Desde logo o título bombástico, a lembrar filme épico, daqueles que atraem multidões, nos surpreende: não nos reconhecemos nele. O dossier do *Index* é compilado a pretexto da devolução de Macau à China, agendada para Dezembro de 1999. Este acto é visto, do exterior, como o fim real e simbólico do Império português. Cá por casa, há muito que o «Império» desapareceu dos mapas da escola, e o vocábulo foi rasurado do discurso quotidiano. Se o pensamos, quando o pensamos, é como parte do passado – e de um passado remoto, bem mais velho do que os vinte e cinco anos que tem a Revolução. Porque a própria retórica do colonialismo Português ao tempo da Guerra Colonial – e diversamente do que se passou com outros colonialismos, como por exemplo, o inglês – era a retórica de uma pátria única, «Portugal do Minho a Timor». Sabemos que esse Portugal único era um mito; ainda assim, mesmo quando crescemos e nos educámos na oposição, negação e denúncia desse mito, ficou a fazer parte do nosso imaginário. Daí não nos reconhecermos no título, na forma como nos vêem. De fora.

Diferentes artigos oferecem percepções múltiplas da experiência colonial e pós-colonial portuguesa, e incluem vozes «de dentro»: Ana Duarte Melo, António Figueiredo, Vasco Graça Moura, Zeca Afonso («Grân-

dola»); vozes do «outro lado»: Sousa Jamba (Angola), Mia Couto (Moçambique), Ramos Horta (Timor); e ainda «de fora», de estrangeiros com conhecimento da cultura portuguesa: Hilary Owen (*Novas Cartas Portuguesas*), Landeg White (comentário a «Grândola»), Barry Lowe (Macau), David Tomory (Índia). Os diferentes artigos reflectem sobre a questão da nossa herança colonial, e adoptam, em geral, a retórica do multiculturalismo, que permite repensar as «Descobertas», o colonialismo e o pós-colonialismo como um «encontro de culturas». Esta retórica é a mais politicamente correcta nos nossos dias, e a única que nos permite pensar uma reconciliação entre povos com um passado de sangue. Tem, no entanto, os seus perigos, nomeadamente o esquecimento das assimetrias desse «encontro cultural», as relações de poder e de exploração de um povo – ou de um poder – por outros. Como muito bem lembra David Tomory na sua contribuição «Reluctant Heritage», onde comenta a polémica em torno das comemorações da chegada de Vasco da Gama à Índia, a «herança», ou o negócio da herança, permite a recuperação das coisas bonitas – a gastronomia, a música, o artesanato – para consumo de todos, à custa do esquecimento do lado trágico da história.

Segundo a versão, actualmente predominante, das relações coloniais como essencialmente relações de «intercâmbio cultural», a nossa contribuição para essa herança comum teria então sido o fado e a saudade. Subscrevendo esta posição, escreve Ana Duarte Melo: «Fado, Portuguese blues, and saudade ...is everyday currency among 140 million Portuguese speaking Brazilians, as

well as in Angola, Mozambique, Guiné-Bissau, Cape Verde and São Tomé e Príncipe». Não sei se será possível sustentar este mito perante o cenário dos dirigentes da Junta Militar da Guiné-Bissau, com um português reduzidíssimo ou nulo, a precisar de tradutor. Achará Assumane Mané que o fado é parte da sua herança?

Este exemplo obriga-nos a reflectir sobre a real implantação da língua e da cultura portuguesas nos vastos e longínquos territórios que Lisboa administrou, de forma algo displicente, durante séculos. Sousa Jamba, no artigo intitulado «A Morsel of Honey», dá uma resposta a esta pergunta no contexto angolano, que talvez se aplique às outras «províncias ultramarinas». Aí coloca em oposição uma cultura urbana, de «assimilados», que passa pela adopção da língua portuguesa e mesmo pela recusa em aprender as línguas *bantu* locais, e uma cultura rural, local, poliglota e africana. Esta oposição teria continuado no período pós-independência e verificar-se-ia ainda actualmente, colocando aos Angolanos problemas em assumir uma identidade múltipla, com componentes portuguesas e africanas.

Nos territórios ainda mais distantes de Timor e Macau, a língua não parece ser a principal herança deixada pelos portugueses. Segundo Ramos-Horta, em entrevista dada pouco depois das primeiras notícias sobre o massacre de Alas, e antes das negociações que levariam à realização do referendo, apenas uma minoria dos timorenses falaria português. Este facto é, de resto, evidente nas reportagens televisivas dos trágicos acontecimentos dos meses de Agosto e Setembro de 1999, onde pode observar-se que apenas as gerações mais velhas, ou os jovens educados nos seminários, são falantes de português. Ainda de acordo com Ramos-Horta, em Timor a religião, o futebol, a música e a dança seriam as principais heranças. Não é difícil constatar a centralidade da religião, reforçada como marca da diferença durante os vinte e

quatro anos de luta contra a Indonésia e patente nas imagens dos refugiados que todos vimos, agarrados a terços e Senhoras de Fátima. A questão da dificuldade de identidade nem é colocada pelo dirigente timorense nesta entrevista, o que não surpreende. Timor Lorosae ainda se encontra num processo de construção da sua independência, logo num momento histórico em que importa sublinhar a unidade.

Um pouco à margem destas questões situa-se o artigo de Hilary Owen, «Exiled in its own Land», uma breve história da publicação e do processo de censura a que foi sujeita a obra *Novas Cartas Portuguesas*. A ligação deste livro e do texto de Owen à questão colonial acaba por ser metafórica, pese embora a pertinência da metáfora do exílio quando aplicada à escrita de mulheres.

A multiplicidade de vozes neste dossier é evidente: vozes de Portugal, Moçambique, Angola etc., que nos facultam diferentes abordagens e reflexões sobre o que ficou do Império. Há, no entanto, alguns silêncios, nomeadamente no que se refere às comunidades africanas residentes em Portugal, e que resultaram do desmembramento do Império de que se fala. Ainda que Landeg White as refira no seu artigo «Empire's Revenge» – «tens of thousands remain outside society» – e refira ainda o racismo de que são vítimas, a existência deste grupo de largos milhares de pessoas a viver em Portugal resume-se a uma breve referência, à qual não se segue uma história contada na primeira pessoa. E que seria uma componente indispensável para uma reflexão verdadeiramente múltipla sobre o colonialismo português e as múltiplas identidades que nele se forjaram, e se continuam forjando.

Este silenciamento corresponde ainda a uma « história sem tragédia ». A que também nos convém, a que é adoptada em programas da televisão do Estado como «Atlântico» (RTP1). Este programa, celebratório da herança comum da Lusofonia – centrada embora no eixo Portugal/Brasil – é

exemplo desta retórica, a qual, ainda que de sinal político contrário, é ainda herdeira de «Portugal do Minho a Timor». Estaremos a substituir um mito por outro, em que a assimetria das relações se mantém, sob a capa de uma «herança comum»? Mia Couto em «A Celebration in Waiting», a sua contribuição para o *Index*, chama a atenção para a necessidade de uma nova relação, em que todas as partes se constituam como sujeitos. Só assim poderá haver uma verdadeira celebração das «Descobertas» — e uma herança verdadeiramente «comum».

Acrescente-se ainda um apontamento sobre os textos deste dossier que nos colocam na oposição de objectos, e que se situam no exterior da questão colonial propriamente dita. Significativa é a escolha do poema «Crónica», de Graça Moura, para abrir: aí se fala de mar, navios, despedidas, tempestades, ventos, algas e corais — a parafernália de que se faz uma certa imagem de Portugal. Vasco Graça Moura é um bom poeta; a questão aqui é a escolha deste poema e não outro. Foi escolhido este, imagino, porque se encaixa às mil maravilhas na imagem pré-concebida de um país cujos discursos historiográfico e poético ainda têm por centro a Época das Descobertas e a nostalgia a ela ligada — o que nos ficou de um império de cujo último estilhaço o país agora se despede, e que se calhar não chegou verdadeiramente a ter. Estamos perante um discurso que já não se adequa à nossa realidade, cada vez mais europeia, mas que talvez corresponda ainda a um imaginário que continua a prevalecer, de acordo com o qual construímos a nossa imagem, e pelo qual os outros (ainda) nos vêem. Que encontramos, por exemplo, nas letras das canções do Festival da Canção. E que é muito bem parodiada no programa da BBC que a TVCabo transmitiu, «The Tony Ferrino Phenomenon». Neste programa a personagem de Tony Ferrino, um cantor pretensamente português, aparece com os «irmãos», vestidos de pescadores, a cantar o mesmo

refrão até a náusea: «peixe e mariscos, peixe e mariscos». O nome é italiano, Tony fala um português arraçado de castelhano e italiano, e corresponde a uma imagem estereotipada dos «homens do Sul» em geral. O retrato é ofensivo; mas a culpa é talvez também um pouco nossa, porque ainda não encontramos, para falar de nós próprios, uma linguagem nova, alternativa às estafadas metáforas de mar e marinheiros.

Haverá forma de evitar o estereótipo quando se fala do «Outro»? Ou só se reconhece o estereótipo quando o «Outro» somos nós? Como quando Landeg White, professor numa universidade portuguesa e tradutor de *Os Lusíadas*, ao comentar «Grândola» no *Index*, a identifica como um fado, e a Zeca Afonso como fadista, acrescentando que a canção que serviu de senha para pôr a Revolução na rua serviria agora para vender azeite. Confundindo até a nossa inconfundível «Grândola» com a canção popular «Ó Rama, ó que linda rama». Porque o «Outro» não é percebido como múltiplo, mas como uno. Porque todos os portugueses cantam sempre e só fado. ■

Adriana Bebiano

Crónica de um Achamento (Alberto Oliveira Pinto, *Mazanga*. Luanda, INALD, 1998)

Mazanga, uma «novela», como se anuncia na página de rosto, de Alberto Oliveira Pinto, valeu ao seu autor o prémio literário Sagrada Esperança 1998. A atribuição do mais importante prémio literário angolano a esta obra distingue a sua qualidade, mas reflecte também uma nova tendência na literatura lusófona em geral, e angolana em particular. Passada a primeira onda marcadamente nacionalista que se seguiu à independência, e na qual era evidente uma